

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 1º Semestre 2013

### 1. Mensagem aos Acionistas

Senhores Acionistas,  
A DESENBÁHIA - Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A, em atenção às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos senhores o relatório de atividades e as demonstrações financeiras correspondentes ao primeiro semestre de 2013 elaborados de acordo com a legislação vigente.

As ações da Desenbahia seguem o Plano Estratégico do Governo do Estado e, nesse sentido, vem mantendo a política de apoio aos empresários autônomos, aos micros, pequenos e médios empreendedores, além de promover a oferta de serviços de crédito para o interior do Estado, havendo atuado em todos os seus Territórios de Identidade.

Por outro lado, a Agência também apoia investimentos de maior porte que contribuíram para a ampliação e diversificação da matriz produtiva estadual, bem como para consolidação do desenvolvimento sustentável da economia baiana.

Neste semestre foram aprovadas pela Desenbahia 9.069 mil operações de crédito, totalizando R\$ 204,50 milhões. Essas operações aprovadas pela Agência serviram de apoio para induzir investimentos no orden de R\$ 226,98 milhões, que contribuirão para a criação e manutenção de 14.185 postos de trabalho. As liberações de operações de crédito atingiram R\$ 200,43 milhões com 8.409 operações.

Ao serem apresentadas as atividades do primeiro semestre de 2013 e, em paralelo, os resultados que foram colhidos pela Desenbahia, manifestamos nossos agradecimentos pela confiança, co-operação, estímulo e apoio ao Governador Jacques Wagner, ao Presidente do Conselho de Administração, ao Senhor Secretário da Fazenda Luiz Alberto Bastos Petitinga, aos demais membros do Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal, bem como aos clientes e instituições públicas e privadas parceiras.

### 2. Financiamento do Desenvolvimento

#### 2.1. Inclusão Social e Geração de Renda

A inclusão social e a geração de renda integrantes das diretrizes de governo receberam a contribuição financeira da Desenbahia por meio do microcrédito, através do Programa CrediBahia, da renovação da frota de táxis do Estado, via Programa ProTáxi e do apoio às atividades econômicas do Semiarido.

No âmbito do CrediBahia foram realizadas 7.151 operações de financiamento no valor de aproximadamente R\$ 19,27 milhões no primeiro semestre de 2012. Do montante geral, R\$ 18,68 milhões foram realizados através de operações de financiamento direto a microempreendedores, viabilizados por meio de 167 postos de atendimento do programa CrediBahia. Registramos também os repasses no valor de R\$ 590 mil efetuados pela Desenbahia às instituições operadoras de microcrédito. O suporte à renovação da frota de táxis, realizado por meio do Programa ProTáxi, vem resultando na melhoria dos serviços em Salvador e em cidades do interior. Neste primeiro semestre de 2013, observou-se o aumento de liberações de recursos na ordem de 22,75% comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Em valores, as liberações passaram de R\$ 20,57 milhões em 2012 para R\$ 25,25 milhões em 2013, neste mesmo período.

O Semiarido é uma ampla região do Estado que recebe tratamento diferenciado nos projetos submetidos à Agência. Esta região obteve R\$ 34,16 milhões em liberações no primeiro semestre do ano de 2013 com 4.787 operações, perfazendo 17,04% do total das liberações.

#### 2.2. Apoio aos municípios

O fortalecimento da base municipal integra as prioridades de atuação da Desenbahia. Apoio creditício é oferecido às prefeituras destinadas a investimentos em infraestrutura urbana, aquisição de máquinas e equipamentos e prestação de serviços públicos no âmbito municipal. Neste primeiro semestre, as liberações para as prefeituras municipais atingiram R\$ 3,98 milhões.

#### 2.3. Apoio à Interiorização do Crédito

A Desenbahia se integra no empenho do governo estadual para diversificação territorial do desenvolvimento social/econômico e, neste comprometimento, disponibiliza financiamentos para todas as regiões, fomentando o crescimento da produção, da renda e da geração de postos de trabalho. Do total de liberações da Desenbahia, no primeiro semestre de 2013 foi disponibilizado para os municípios do interior do Estado R\$ 95,43 milhões, o que representa um incremento de 19,59% em relação ao mesmo período do ano anterior. Dentre os Territórios de Identidades se destacaram com os maiores volumes de liberações: Baía do Rio Corrente, Portal do sertão, Reconcavo, Vitória da Conquista, Extremo Sul, Litoral Sul e Oeste Baiano.

Registramos também que o processo de interiorização da oferta de serviços é também incrementado pela atuação dos gerentes de negócios residentes em Barreiras, Feira de Santana, Ilhéus, Teixeira de Freitas, Juazeiro e Vitória da Conquista.

#### 2.4. Apoio direto aos micros empreendedores

A Desenbahia, buscando alinhamento com as ações do Governo Federal que patrocina o Programa Crescer de Microcrédito, equiparou o valor da sua taxa de juros da linha de financiamento CrediBahia a este programa. Com isso, a Desenbahia amplia a oferta de crédito produtivo para os pequenos negócios, possibilitando a manutenção e a ampliação das alternativas de trabalho para a parcela mais carente da população, que tem grandes dificuldades de acesso ao crédito em instituições financeiras. Empreendedores, proprietários de micro ou pequenas unidades econômicas geradoras de trabalho e renda, são alguns dos beneficiários desta linha de financiamento.

No 1º semestre do ano também foi consolidada a parceria com a União dos Municípios da Bahia, uma associação civil sem fins lucrativos, cuja função é representar, de forma conjunta e institucional, todos os municípios do Estado da Bahia. Com a UPB, órgão representante das prefeituras, o CrediBahia ganha um importante aliado para potencializar a interiorização do microcrédito e apoiar novas adesões ao programa, além de colaborar na disseminação da sua importância socioeconômica para as administrações municipais.

A Desenbahia, através de seu corpo técnico, percorreu o interior do estado baiano com o objetivo de fortalecer e expandir a atuação do CrediBahia. As ações se desenvolveram junto aos agentes de créditos e clientes do programa, além de reuniões com os interlocutores e representantes municipais para potencializar e integrar as ações do programa às diretrizes municipais de estímulo ao empreendedorismo. Estas ações fazem parte de um Plano em implantação que visa melhorar os indicadores de desempenho do CrediBahia. Outra medida prevista no plano será a realização de uma supervisão compartilhada em caráter piloto entre a SETRE e a Desenbahia.

Além disto, o Governador do Estado da Bahia assinou o Termo de Compromisso com vinte e seis municípios para implantação do CrediBahia, o que representa uma expansão de aproximadamente 16% da área de alcance do programa. A partir da assinatura deste termo, deu-se início a inaugura-

ção dos postos das primeiras localidades como novos participantes do programa. Foram inaugurados os postos de Conceição da Feira, Jaguaripe e Salvador (SINEBAHIA). No caso de Salvador, amplia-se o reforço da atuação do programa na capital.

### 3. Desenvolvimento de Negócios

#### 3.1. Estruturação de projetos

A Desenbahia, por meio da Superintendência de Estruturação de Projetos - SEP coopera com diversas Secretarias de Estado, no processo de estruturação de projetos de concessões e parcerias público-privadas.

No primeiro semestre de 2013, a Desenbahia participou na modelagem financeira do Sistema Metroviário Salvador - Lauro de Freitas, cujo Edital de Licitação foi publicado em maio de 2013. Também conduziu a prospecção e fundamentação técnica que resultou na escolha da empresa McKinsey & Company. A empresa foi contratada pela Secretaria do Planejamento - SEPLAN para desenvolver o "Plano de Desenvolvimento Sócio Econômico da Macro Área de Influência da Ponte Salvador - Ilha de Itaparica". É importante registrar que a Agência continua a apoiar o projeto participando dos comitês de gerenciamento.

Em parceria com outros órgãos de governo, como Secretaria da Fazenda - SEFAZ, Secretaria do Planejamento - SEPLAN e Procuradoria Geral do estado - PGE, a Agência colabora na estruturação do Fundo Garantidor Baiano de Parcerias - FGBP Este fundo será administrado, gerido e representado pela Desenbahia, com a finalidade de prestar garantias de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pela Administração Direta ou Indireta, em virtude das parcerias público-privadas.

#### 3.2. Fortalecimento das Micro, Pequenas e Médias Empresas

O apoio ao fortalecimento das microempresas e das empresas de pequeno e médio porte vem sendo uma das principais linhas de ação da Desenbahia, por meio da concessão de capital de giro e de crédito para investimento fixo.

Para as empresas desse segmento foram realizadas 196 operações de crédito no primeiro semestre de 2013, com valor total de R\$ 88,56 milhões. Tais liberações foram viabilizadas pelos programas/linhas do Credifácil, Prodesse, Fne, Brndes Psi Bl e Credirápido.

No entanto, visando o desenvolvimento econômico do Estado, a Desenbahia também apoiou investimentos de maior envergadura através da disponibilização de linhas de crédito para este propósito, como, por exemplo, o projeto de reconstrução da Arena Fonte Nova, que obteve neste primeiro semestre R\$ 16,36 milhões em liberações de crédito.

#### 3.3. Financiamento de máquinas e equipamentos importados

A Desenbahia também apoia os empresários dos setores de indústria, comércio e serviços interessados em financiar as máquinas e equipamentos importados. No entanto, para poderem habilitar-se aos financiamentos, os beneficiários deverão cumprir cumulativamente determinados condições. Primeiro, o beneficiário deve possuir cadastro regular na Desenbahia e na Secretaria da Fazenda; segundo, não deve estar omisso no pagamento de ICMS e no cumprimento de obrigações acessórias do mesmo imposto; e por último, ele deve apresentar certidão negativa ou positiva com efeito negativo de débitos inscritos na dívida ativa estadual e municipal.

Esta linha de financiamento possui encargos e prazos compatíveis com o mercado financeiro e apoia até 90% do valor da máquina ou equipamento.

#### 3.4. Modernização do Setor Hoteleiro

Com o objetivo de apoiar o turismo baiano no atendimento das demandas da Copa do Mundo de 2014, a Desenbahia criou em março deste ano uma linha específica para o setor hoteleiro. Esta linha financia a ampliação, reforma e modernização de empreendimentos do setor hoteleiro na cidade do Salvador (sede da Copa), e possui prazo de financiamento de até 12 anos e taxa de juros de 5 a 6% a.a., dependendo do porte do tomador.

### 4. Desempenho Operacional

#### 4.1. Fomento por Fonte de Recursos

Criado com o objetivo de prestar apoio financeiro a programas voltados para o desenvolvimento social e econômico da Bahia, o Fundo de Desenvolvimento Social Econômico (FUNDESE) constitui uma das principais fontes de recursos para as operações de crédito realizadas pela Desenbahia. O Fundo disponibiliza recursos para apoiar empreendimentos do setor privado que se enquadram nos programas e diretrizes de desenvolvimento do Governo do Estado.

A Desenbahia é a gestora financeira do Fundo, cumprindo-lhe formular suas linhas operacionais de financiamento e seu orçamento anual, em consonância com a programação financeira da Secretária Fazenda e com a aprovação do Conselho Deliberativo do Fundese.

O Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico (FUNDESE) permanece como fonte principal de liberação de recursos para as operações da Desenbahia ao propiciar cobertura para 76,10% do total, correspondente a R\$ 152,55 milhões. Neste primeiro semestre, as quantidades de operações disponibilizadas pelo Fundese cresceram 24,39% em relação ao mesmo período do ano anterior. Em segundo lugar, desponta o Brndes (inclusive Finame) com participação de 19,67% do total, ou seja, R\$ 39,43 milhões, seguido por Recursos Próprios com R\$ 6,98 milhões (3,50%) e pelo BNB/FNE, com R\$ 1,46 milhões (0,73%).

#### 4.2. Fomento por Setor Econômico

Neste primeiro semestre de 2013, a maior parcela das liberações efetuadas pela Desenbahia foi direcionada para as empresas do setor de comércio e serviços, representando 66,12% do total, atingindo R\$ 132,53 milhões. Em segundo lugar desponta o setor rural com R\$ 40,56 milhões (20,25%), seguido pelo setor industrial com R\$ 23,35 milhões (11,65%). O setor público, ao obter R\$ 3,98 milhões (1,98%), completa a relação dos segmentos econômicos contemplados com a ação da Agência.

#### 4.3. Investimentos Alavancados e Postos de Trabalho Gerados /Mantidos

O valor dos investimentos resultantes do apoio da Desenbahia atingiu o montante de R\$ 226,98 milhões no primeiro semestre de 2013, tendo esses investimentos levado à criação e/ou à manutenção de 14.185 postos de trabalho. O setor que mais contribuiu para a ampliação destes postos de trabalho foi o de comércio e serviços, responsável por 53,59% do total aprovado no período.

#### 5. Desempenho Econômico-Financeiro

A Desenbahia, no 1º semestre de 2013, apresentou um lucro líquido de R\$ 10,0 milhões com um patrimônio líquido R\$ 442,9 milhões. Com efeito, a rentabilidade sobre o patrimônio líquido foi de 2,26% ao ano.

O ativo circulante e o realizável de longo prazo totalizaram R\$ 763,2 milhões em junho de 2013, sendo 48,81% referente ao saldo da carteira de crédito da Instituição, de R\$ 372,5 milhões. Já o passivo circulante e o exigível de longo prazo somaram R\$ 369,3 milhões, sendo que 86,41% cor-

responderam às obrigações por empréstimos e repasse, que totalizam R\$ 319,1 milhões.

Os créditos recuperados no exercício (Carteira Desenbahia e Carteira Fundese) totalizaram R\$ 23,9 milhões. O índice médio de inadimplência no exercício ficou em 1,1% para a Carteira Desenbahia e 0,5% para a Carteira Fundese.

### 6. Gestão Organizacional

#### 6.1. Gestão de Risco

A Desenbahia possui uma gerência responsável pela gestão de riscos da organização. Esta gestão engloba tanto as atividades de risco de crédito e de mercado, bem como as atividades de risco operacional.

A Agência adota um modelo de gestão integrada dos riscos de crédito, de mercado, operacional e outros, contemplando os componentes associados aos objetivos (Estratégicos, Operacionais, Relatório de Informações e Conformidade), às unidades, aos processos e às atividades da Agência, de acordo com a estrutura sugerida pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO). Esta metodologia procura assegurar que os riscos inerentes às atividades da Desenbahia sejam identificados, avaliados e controlados, bem como os materiais nos níveis e limites aceitáveis.

A gestão do risco de crédito da Desenbahia busca avaliar, acompanhar e monitorar o risco global da carteira de empréstimos e a classificação de risco das operações de crédito. São aplicadas metodologias compatíveis com as melhores práticas de mercado, utilizando modelos confiáveis de mensuração dos níveis de exposição a risco de crédito, bem como política de limites e alçadas em conformidade com as boas práticas da Governança Corporativa.

O Gerenciamento do Risco de Mercado, observando as oscilações de preços dos ativos, tem por objetivo auxiliar a Desenbahia na definição de estratégias de atuação para a maximização dos seus resultados e apresentação das posições mantidas pela Agência, bem como no estabelecimento de limites operacionais de descaamento de ativos, passivos e moedas.

A Desenbahia adota o cálculo do *Value at Risk - V@R* paramétrico como a metodologia utilizada para gerenciamento de risco de mercado, em condições normais, aplicando-o a todas as operações sensíveis às variações nas taxas de juros, sejam elas pré-fixadas ou pós-fixadas. Considerando a possibilidade de ocorrência de situações adversas, a Agência também trabalha com cenários de estresse, com o objetivo de medir o comportamento da carteira em situação de crise. Os testes são realizados visando estabelecer ou rever procedimentos e limites para a adequação de capital, de acordo com os resultados obtidos.

A estrutura detalhada do gerenciamento dos riscos da Desenbahia encontra-se disponível no site da Agência na internet ([www.desenbahia.ba.gov.br](http://www.desenbahia.ba.gov.br)).

#### 6.2. Comunicação Social

No primeiro semestre de 2013, foram realizadas ações de comunicação interna (endomarketing) em datas comemorativas, eventos de alinhamento entre gestores e corpo funcional. Entre as estratégias de comunicação publicitária, foram veiculados anúncios pontuais em publicações segmentadas, anuários e revistas especializadas - com comunicação de cunho institucional e com foco em produtos.

Neste período, também houve a concepção e execução da campanha de comunicação para Bahia Farm Show, no Oeste da Bahia - evento que registrou captação de negócios de R\$ 150 milhões. Além das campanhas, a Desenbahia realizou ações de marketing com 12 apoios, via patrocínios, a eventos empresariais realizados no Estado. Produziu também edições do *Jornal Desenbahia* e alimentou as redes sociais.

#### 6.3. Qualificação, Treinamento e Saúde

No primeiro semestre de 2013, através do seu Programa de Treinamento e Desenvolvimento, a Desenbahia promoveu o desenvolvimento do seu quadro técnico/gerencial, propiciando 93 atividades, incluindo cursos internos e externos, congressos, seminários e palestras, propiciando 598 oportunidades de participação. Além de manter o foco nos eventos interno-corporativos com o objetivo de suprir lacunas de competências identificadas no processo de avaliação de desempenho, grande ênfase foi dada ao desenvolvimento gerencial. Além disso, mantém sua política de concessão de bolsas de estudo de graduação, pós-graduação e língua estrangeira, beneficiando 09 empregados.

Quanto aos cuidados com a saúde dos seus colaboradores, a Desenbahia manteve o seu contrato com a operadora do plano de saúde que beneficia atualmente 634 usuários, entre funcionários, dependentes e agregados. Também mantém um plano de assistência odontológica em sistema de autogestão, beneficiando empregados e dependentes diretos, um ambulatório médico que, além dos exames exigidos pela legislação da Previdência Social, realiza atendimento emergencial aos empregados e faz encaminhamento a especialistas, quando necessário. Ainda com vista à saúde dos empregados, a Agência reembolsa 80% do valor de vacinas não disponíveis na rede pública, além de oferecer atividades de ginástica laboral e massagem expressa no horário de expediente, apresentando resultados positivos com relação à redução da tensão, alívio de dores musculares e redução do cansaço físico mental.

#### 6.4. Projeto 'Universitários'

O Projeto 'Desenbahia Universitários' se constitui num programa de palestras semestrais que apresenta os principais produtos e a natureza diferenciada da Desenbahia como Agência de Fomento para estudantes de ensino superior, em parceria com as universidades e faculdades em atuação na Bahia. Este projeto tem se consolidado como estratégia de marketing e responsabilidade social bem sucedida para a Desenbahia, marcando sua diferença e importância como agência de fomento à melhoria da qualidade de vida da população baiana.

O objetivo é contribuir com a formação desses jovens, informando-os sobre a importância do acesso ao crédito visto que ele se constitui numa ferramenta de gestão fundamental para qualquer empreendimento.

Em Maio de 2013 foi realizada mais uma edição do evento que contou com a presença de mais de 100 estudantes de diversos cursos como administração, economia, ciências contábeis, direito, etc. Como novidade, a programação do evento foi reformulada e contamos com a participação neste ano do SEBRAE, forte parceiro da Desenbahia no apoio às micro e pequenas empresas.

### BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2013	2012	PASSIVO	Nota	2013	2012
<b>Circulante</b>		<b>303.042</b>	<b>373.802</b>	<b>Circulante</b>		<b>76.299</b>	<b>78.824</b>
Disponibilidades	(4)	202	215	Obrigações por repasses do país - Instituições oficiais	(11)	35.637	35.142
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(5)	7.948	5.865	BNDES		9.695	6.935
Aplicações no mercado aberto		7.948	5.865	FINAME		15.008	12.282
Títulos e valores mobiliários	(6)	214.541	292.085	Banco do Nordeste - BNB		10.934	15.925
Carteira própria		214.541	292.496	Outras obrigações	(12)	40.662	43.682
(Provisão para desvalorização de títulos)		-	(411)	Sociais e estatutárias		26.346	28.417
Operações de crédito	(7)	71.995	65.579	Fiscais e previdenciárias		2.422	9.263
Operações de crédito		77.386	73.766	Diversas		11.894	6.002
Setor público		16.639	10.788	Exigível a longo prazo		292.978	262.687
Setor privado		60.747	62.978	Obrigações por repasses do país - Instituições oficiais	(11)	283.421	253.240
(Provisão para crédito de liquidação duvidosa)		(5.391)	(8.187)	BNDES		131.586	120.351
Outros créditos	(8)	8.074	9.773	FINAME		62.984	47.464
Rendas a receber		2.745	2.587	Banco do Nordeste - BNB		88.851	85.425
Diversos		5.329	7.186	Outras obrigações	(12)	9.557	9.447
Outros valores e bens	(9)	282	285	Fiscais e previdenciárias		1.525	1.576
Despesas antecipadas		189	163	Diversas		8.032	7.871
Outros valores e bens		93	122	Patrimônio líquido	(13)	442.873	416.572
Realizável a longo prazo		460.174	372.636	Capital	(13a)	369.354	279.937
Títulos e valores mobiliários	(6)	135.305	125.034	Reservas de reavaliação	(13b)	5.699	5.799
Carteira própria		136.056	125.422	Reservas de lucros	(13c)	67.820	130.836
(Provisão para desvalorização)		(751)	(388)				
Operações de crédito	(7)	300.484	226.390				
Operações de crédito		322.985	254.652				
Setor público		85.582	49.117				
Setor privado		237.403	205.535				
(Provisão para crédito de liquidação duvidosa)		(22.501)	(28.262)				
Outros créditos	(8)	20.362	17.190				
Diversos		20.362	17.190				
Outros valores e bens	(9)	4.023	4.022				
Investimentos temporários		2.251	2.251				
(Provisão para perdas)		(2.251)	(2.251)				
Outros valores e bens		4.096	4.095				
(Provisão para desvalorização)		(73)	(73)				
Permanente	(10)	48.934	11.645				
Investimentos		97	97				
Outros investimentos		594	594				
(Provisão para perda)		(497)	(497)				
Imobilizado		48.267	11.063				
Imóveis de uso		5.690	5.639				
Reavaliação de imóveis de uso		8.550	8.550				
Outras imobilizações de uso		43.989	7.080				
(Depreciações acumuladas)		(9.962)	(10.206)				
Diferido		1	6				
Gastos com organização e expansão		798	797				
(Amortização acumulada do diferido)		(797)	(791)				
Intangível		569	479				
Gastos com organização e expansão		1.002	752				
(Amortização acumulada do intangível)		(433)	(273)				
<b>Total do ativo</b>		<b>812.150</b>	<b>758.083</b>	<b>Total do passivo</b>		<b>812.150</b>	<b>758.083</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2013	2012
<b>Receitas da intermediação financeira</b>	<b>(14)</b>	<b>36.162</b>	<b>41.835</b>
Operações de crédito		23.563	22.827
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		12.599	19.008
<b>Despesas da intermediação financeira</b>	<b>(14)</b>	<b>(13.047)</b>	<b>(11.419)</b>
Operações de empréstimos e repasses		(11.004)	(11.655)
(Provisão para crédito de liquidação duvidosa)		(2.043)	236
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>23.115</b>	<b>30.416</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>		<b>(11.213)</b>	<b>23.667</b>
Receita de prestação de serviços	(15)	1.415	923
Despesa de pessoal	(16)	(20.338)	(18.870)
Outras despesas administrativas	(16)	(4.954)	(5.547)
Despesas tributárias	(16)	(2.228)	(2.173)
Outras receitas operacionais	(15)	18.587	53.287



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
(Valores expressos em milhares de reais)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Desenbahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. ("Desenbahia ou Agência"), sociedade anônima de economia mista, constituida em 5 de dezembro de 1966, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 776, Bloco B, Caminho das Árvores, cujo controle acionário pertence ao Estado da Bahia, tem por objetivo apoiar programas e projetos de desenvolvimento econômico e social do referido Estado, mediante operações de empréstimo, financiamento e prestação de garantia, com recursos próprios ou de terceiros, bem como a realização de quaisquer outras operações ou atividades típicas da Agência.

A rentabilidade de suas operações é proveniente da aplicação de taxas de remuneração adequadas sobre repasses de recursos obtidos principalmente junto a instituições do Governo Federal, que se destinam ao setor público ou ao setor privado, bem como do "spread" bancário oriundo da diferença dos juros de tais repasses e dos créditos concedidos a clientes.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras da Desenbahia foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei 6.404/76 e alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicáveis.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, arredondados ao milhar mais próximo, quando aplicável. O Real é a moeda funcional da Desenbahia. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas das normas emitidas de sua competência são as normas interpretativas aplicáveis às instituições financeiras, foram aprovadas pelo CMN. São elas:

CPC	Tema	Resolução CMN
01-R1	Redução ao valor recuperável de caixa	3.566/08
03-R2	Demonstração dos fluxos de caixa	3.604/08
05-R1	Divulgação sobre partes relacionadas	3.750/09
25	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	3.823/09
24	Evento subsequente	3.973/11
10-R1	Pagamento baseado em ações	3.989/11
23	Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro	4.007/11
00-R1	Pronunciamento conceitual básico	4.144/12

Atualmente não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva. Com isso, ainda não é possível estimar os impactos contábeis da aplicação desses pronunciamentos nas demonstrações financeiras da Desenbahia.

Estimativas e premissas foram utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras, incluindo as de créditos tributários (nota explicativa nº 18), mensuração da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 7) e provisão para fazer face às perdas prováveis em processos cíveis, trabalhistas e fiscais (nota explicativa nº 21). Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As demonstrações financeiras da Desenbahia foram preparadas com base no custo histórico com exceção de certos itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo por meio do resultado.

Não há julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tenha efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A demonstração dos fluxos de caixa referente ao semestre findo em 30 de junho de 2012 está sendo apresentada reclassificada para melhor comparabilidade com o semestre findo em 30 de junho de 2013. A reclassificação ocorreu em função da utilização do resultado antes dos tributos ao invés do lucro líquido do semestre na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, conforme demonstrado a seguir:

	2012	2012
	Publicada	ajustes
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>44.334</b>	<b>10.006</b>
Lucro líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	44.334	10.006
Receita bônus recebidos - operações de repasses	(1.008)	1.008
Despesas com empréstimos e repasses	(11.654)	(11.654)
<b>Lucro Líquido Ajustado antes dos impostos</b>	<b>17.586</b>	<b>(640)</b>
Variações patrimoniais	-	16.946
Outros créditos	(7.608)	2.620
Outras obrigações	13.159	(4.398)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(2.620)
<b>Caixa líquido originado das atividades operacionais</b>	<b>(2.018)</b>	<b>5.608</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>	-	-
Obrigações por empréstimos e repasses	(1.460)	10.646
Dividendos pagos	-	(5.608)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(10.915)</b>	<b>5.038</b>

As demonstrações financeiras da Desenbahia foram aprovadas pela administração em 9 de agosto de 2013.

**3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos semestres aqui apresentados.

a. O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios.  
b. A classificação do circulante e do longo prazo (em realizável e em exigível) obedece aos artigos nº 179 e nº 180 da Lei nº 6.404/76, e às normas e instruções do BACEN.  
c. As aplicações interfinanceiras de liquidez e os títulos e valores mobiliários são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

d. Os títulos e valores mobiliários registram a aplicação de disponibilidades de caixa em títulos públicos federais, inclusive em cotas de fundos de investimento cujas carteiras estejam representadas exclusivamente por títulos públicos federais, desde que assim conste nos regulamentos dos fundos. e. As "Operações de crédito" encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações, considerando que, se vencidas há mais de 60 dias, as rendas somente são reconhecidas se efetivamente recebidas.

f. A "Provisão para créditos de liquidação duvidosa" foi constituída em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso (i)	Classificação do cliente
- de 15 a 30 dias	B
- de 31 a 60 dias	C
- de 61 a 90 dias	D
- de 91 a 120 dias	E
- de 121 a 150 dias	F
- de 151 a 180 dias	G
- superior a 180 dias	H

(i) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN. As operações em atraso, classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra provisão existente e controladas em conta de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra provisão, e que estavam controladas em contas de compensação, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer reclassificação da operação para categoria de menor risco.

g. Os demais direitos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias ou cambiais incorridos e deduzidos das correspondentes rendas a apropriar, quando aplicáveis.

h. O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da respectiva depreciação que é calculada pelo método linear, com a utilização das seguintes taxas anuais: Imóveis de uso - edificações 20%  
Sistemas de transportes, processamento de dados e comunicação 20%  
Demais itens 10%

Gastos subsequentes são contabilizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Desenbahia.  
Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.  
i. O diferido é registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear com a utilização da taxa de 20% ao ano.  
Este grupo de contas foi extinto com a Lei nº 11.941/09. De acordo com a Resolução CMN 3.617/08, os saldos existentes em 30 de setembro de 2008 podem ser mantidos até sua completa amortização.  
j. O Intangível é composto pelos gastos com aquisição e desenvolvimento de logotipos, deduzido das amortizações calculadas pelo método linear, mediante a utilização de taxa anual fixa de 20%.

k. É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período.

l. As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridas e deduzidas das correspondentes despesas, quando aplicável.  
m. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN e pela Deliberação CVM nº 594/09, sendo:

Ativos contingentes: são não reconhecidos contabilmente. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;  
Provisões para perdas em processos judiciais: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;  
Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas contingentes, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e Obrigações Legais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.  
n. As provisões para férias e 13º salário estão integralmente reconhecidas por competência mensal, incluindo-se os encargos aplicáveis.  
o. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, e, quando aplicável, acrescida do adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15%, tendo por base o cálculo do lucro real, na forma dos dispositivos legais vigentes.  
p. Para elaboração da demonstração dos fluxos de caixa estão incluídas as disponibilidades de caixa, as aplicações interfinanceiras de liquidez e as compromissadas com vencimento de até 90 dias, registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	2013	2012
<b>Caixa</b>	<b>202</b>	<b>215</b>
Depósitos bancários	202	215
<b>Equivalentes de caixa</b>	<b>7.948</b>	<b>5.865</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	82.098	80.322
Cotas de Fundos de investimento BNB	19.903	72.090
Cotas de fundos de investimento BB	109.949	158.277
<b>Total</b>	<b>110.151</b>	<b>158.492</b>

Os saldos das rubricas depósitos bancários e aplicações interfinanceiras de liquidez bem como parte dos saldos de títulos e valores mobiliários oriundos de cotas de fundos de investimentos no montante de R\$ 102.001 (R\$152.412 em 2012), estes já considerados na nota explicativa nº 6, foram aglutinados como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa.

**5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

A Desenbahia tem participação em operações compromissadas, aplicadas no Banco do Brasil, correspondente a 1.418 títulos em Letras Financeiras do Tesouro (LFT). Sua movimentação teve o seguinte comportamento:

	2013	2012
<b>Saldo inicial das aplicações em 1º de janeiro</b>	<b>5.268</b>	<b>17.453</b>
(+) Valores aplicados	89.228	41.474
(-) Apropriação de juros	311	652
(-) Valores resgatados	(85.859)	(53.602)
(-) Imposto de renda retido na fonte	-	(112)
(-) Saldo final das aplicações em 30 de junho	<b>7.948</b>	<b>5.865</b>

**6. TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS**

	Circulante	RLP	2013	Circulante	RLP	2012
Renda fixa - LFT (1)	-	131.557	131.557	-	122.586	122.586
Fundos de investimento não-exclusivo (2)	214.541	-	214.541	291.496	-	291.496
Fundos de investimento não-exclusivo	-	1.099	1.099	-	1.136	1.136
Fundos de empresas emergentes (3)	-	3.400	3.400	1.000	1.700	1.700
Provisão para desvalorização de títulos - LFT	-	(110)	(110)	-	(187)	(187)
Provisão para desvalorização de títulos - Outros	-	(641)	(641)	-	(111)	(201)
<b>Total</b>	<b>214.541</b>	<b>135.305</b>	<b>349.846</b>	<b>292.085</b>	<b>125.034</b>	<b>417.119</b>

(1) O montante de R\$131.557 (R\$122.586 em 2012), registrado em Letras Financeiras do Tesouro, corresponde a 23.331 títulos, emitidos em 9 de maio de 2008, com vencimento em 7 de setembro de 2014. Os referidos títulos têm rentabilidade diária vinculada à taxa de juros básica da economia (taxa Selic). Esse montante possui uma provisão para desvalorização no valor de R\$110 (R\$187 em 2012).  
(2) O montante de R\$214.541 (R\$291.496 em 2012) refere-se a fundos de investimento em renda fixa, dos quais R\$112.539 (R\$139.084 em 2012) estão aplicados na Caixa Econômica Federal, R\$19.904 (R\$72.090 em 2012) no Banco do Brasil, R\$82.098 (R\$80.322 em 2012) no Banco do Nordeste e R\$51.099 (R\$1.136 em 2012) no Bradesco, sendo que este último está bloqueado judicialmente. Os fundos da CEF, BNB e BB são todos compostos por títulos públicos federais com baixo risco conforme Resolução CMN nº 3.757 (inciso V, art. 3º), e suas composições de ativos em 30 de junho de 2013 e 2012 estão assim demonstradas:

	Sem vencimento	Até 3 meses	Faixa de vencimento - 2013			Acima de 3 anos	Total
			De 3 meses a 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos		
<b>CAIXA</b>	<b>(4)</b>	<b>14.098</b>	<b>34.387</b>	<b>8.464</b>	<b>-</b>	<b>55.594</b>	<b>112.539</b>
Disponibilidades	1	-	-	-	-	-	1
NTN-B	-	-	-	-	-	-	-
LFT	-	14.098	34.387	8.464	-	16.049	16.049
Obrigações	(5)	-	-	-	-	-	(5)
<b>BNB</b>	<b>(6)</b>	<b>53.915</b>	<b>2.657</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>25.532</b>	<b>82.098</b>
Disponibilidades	4	-	-	-	-	-	4
OVER LFT	-	52.314	-	-	-	-	52.314
LFT	-	1.601	2.657	-	-	25.532	29.790
Obrigações	(10)	-	-	-	-	-	(10)
<b>Banco do Brasil</b>	<b>19.904</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>19.904</b>	<b>19.904</b>
FIF	19.909	-	-	-	-	-	19.909
Obrigações	(5)	-	-	-	-	-	(5)
<b>Total</b>	<b>19.909</b>	<b>68.013</b>	<b>37.044</b>	<b>8.464</b>	<b>-</b>	<b>81.126</b>	<b>214.541</b>

	Sem vencimento	Até 3 meses	Faixa de vencimento - 2012			Acima de 3 anos	Total
			De 3 meses a 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos		
<b>CAIXA</b>	<b>(2)</b>	<b>41.182</b>	<b>13.146</b>	<b>32.074</b>	<b>52.684</b>	<b>32.684</b>	<b>139.084</b>
Disponibilidades	1	-	-	-	-	-	1
NTN-B	-	25.386	-	-	-	-	25.386
LFT	-	15.796	-	13.146	32.074	52.684	113.700
Obrigações	(3)	-	-	-	-	-	(3)
<b>BNB</b>	<b>(6)</b>	<b>59.458</b>	<b>-</b>	<b>1.493</b>	<b>2.479</b>	<b>16.898</b>	<b>80.322</b>
Disponibilidades	3	-	-	-	-	-	3
OVER LFT	-	59.337	-	-	-	-	59.337
LFT	-	121	-	1.493	2.479	16.898	20.991
Obrigações	(9)	-	-	-	-	-	(9)
<b>Banco do Brasil</b>	<b>72.090</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>72.090</b>	<b>72.090</b>
FIF	72.095	-	-	-	-	-	72.095
Obrigações	(5)	-	-	-	-	-	(5)
<b>Total</b>	<b>72.092</b>	<b>100.640</b>	<b>14.639</b>	<b>34.553</b>	<b>69.582</b>	<b>291.496</b>	<b>417.119</b>

O fundo de investimento do Banco do Brasil tem seus ativos aplicados em outro fundo, que por sua vez aplica toda a sua carteira em títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais.  
(3) O montante de R\$3.400 (R\$2.700 em 2012) refere-se à aplicação em Fundos Mútuos de Investimentos em Empresas Emergentes administrado pelo Fundo Rio Bravo, com provisão para desvalorização no valor de R\$641 (R\$612 em 2012).

A movimentação dos TVMs teve o seguinte comportamento:

	2013	2012
<b>Saldo inicial das aplicações em 1º de janeiro</b>	<b>357.809</b>	<b>404.228</b>
(+) Valores aplicados	1.283	4.489
(-) Apropriação de juros	12.307	18.393
(-) Valores resgatados (1)	(20.802)	(8.334)
(-) Imposto de renda retido na fonte	-	(858)
(-) Provisão para desvalorização (2)	-	(799)
(-) Saldo final das aplicações em 30 de junho	<b>349.846</b>	<b>417.119</b>

(1) Destaca-se dentro do montante dos resgates, a movimentação para pagamento da 21ª parcela do contrato de promessa de compra e venda da nova sede (nota explicativa nº 10) no valor de R\$13.245.  
(2) As aplicações em TVM no valor de R\$350.597 (R\$417.918 em 2012) possuem provisão para desvalorização cuja movimentação foi:

	2013	2012
<b>Saldo inicial das provisões</b>	<b>779</b>	<b>789</b>
(+) Incremento no semestre	18	29
(-) Reversões no semestre	(46)	(19)
(-) Saldo final das provisões	<b>751</b>	<b>799</b>

**7. OPERAÇÕES COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO (RESOLUÇÃO CMN Nº 2.682/99)**

A Desenbahia possui operações de empréstimos e financiamentos com a seguinte composição por atividade econômica:

	Circulante	RLP	2013	Circulante	RLP	2012
<b>Operações de crédito - Setor privado</b>	<b>18.541</b>	<b>477</b>	<b>19.018</b>	<b>16.739</b>	<b>60</b>	<b>16.799</b>
Empréstimos - Físicas/BNDES-PMC	1.126	2.515	3.641	-	-	-
Empréstimos - Indústria	3.283	3.458	6.741	550	597	1.147
Empréstimos - Comércio	947	1.626	2.573	2.213	500	2.713
Empréstimos - Outros serviços	5.743	18.706	24.449	8.839	22.186	31.225
Financiamentos - Indústria	1.148	5.925	7.073	758	5.892	6.650
Financiamentos - Comércio	7.727	40.767	48.494	11.003	33.228	44.205
Financiamentos - Outros serviços	21.313	134.347	155.660	22.617	122.358	144.975
Financiamentos Rurais	299	254	574	35	193	228
Financiamentos Agroindustriais	80	194	274	-	-	-
Financiamentos de Infraestrutura	60.747	237.403	298.150	62		



(3) Em virtude do risco de perda de ações judiciais e/ou administrativas as quais a Desenbahia é parte, provisões foram efetuadas e atualizadas em 2012 para as questões fiscais, R\$2.007 (R\$2.297 em 2012) para as questões trabalhistas e R\$165 (R\$154 em 2012) para as questões cíveis (nota explicativa nº 21).  
 (4) Saldo devido das parcelas vincendas do contrato de promessa de compra e venda do imóvel onde será instalada a nova sede da Desenbahia.  
 (5) Deste valor a Desenbahia possui o montante de R\$4.599 (R\$4.360 em 2012) provisionado de obrigações com décimo terceiro salário, férias e encargos, e R\$225 (R\$149 em 2012) de provisão de despesas administrativas estimadas a serem pagas no mês subsequente.  
 (6) Deste valor o montante de R\$5.860 (R\$5.060 em 2012) será reconhecido com receita após individualização e reconciliação referente às renegociações do PAC/CACAU, R\$ 507 (R\$1.434 em 2012) de contas a pagar das despesas administrativas e R\$627 (R\$419 em 2012) pulverizado com pequenos valores a pagar das pendências a regularizar.

**13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a. Capital social**  
 O capital social subscrito e integralizado é constituído por ações nominativas sem valor nominal. O capital homologação pelo Banco Central do Brasil - BACEN são assim distribuídas:

Milhares de ações (quantidade)	Capital social	%
Ações ordinárias	22.351.628	97,997 27%
Ações preferenciais com direito a voto	10.946.245	47,992 13%
Ações preferenciais sem direito a voto	30.551.598	133,948 36%
	279.937	76%
<b>Total</b>	<b>63.849.471</b>	

**b. Reserva de reavaliação**  
 O saldo dessa rubrica em 30 de junho de 2013 está representado pela reavaliação dos imóveis de uso próprio, conforme laudo emitido por empresa especializada, datado de 31 de maio de 2004, e aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária em 29 de julho de 2004, deduzido da sua reavaliação a crédito de lucros acumulados, proporcionalmente à depreciação do acréscimo da mais-valia desses imóveis.  
 Conforme Circular nº 2.192/92 do Banco Central do Brasil, a Agência contabilizou R\$80 (R\$80 em 2012) de realização da reserva de reavaliação, e R\$32 (R\$27 em 2012) de impostos e contribuições incidentes sobre o saldo dessa reserva, na rubrica "Obrigações fiscais e previdenciárias".  
 A Resolução 3.565, de 29 de maio de 2008, eliminou a possibilidade de reavaliação espontânea de bens e, consequentemente, a figura da reserva de reavaliação. Portanto fica vedada às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil a realização de novas reavaliações de ativos de uso próprio e a constituição de reservas de reavaliação. O saldo das reavaliações de reavaliados existentes na data da entrada em vigor da resolução deve ser mantido até a sua efetiva liquidação por depreciação ou baixa, inclusive por alienação do ativo reavaliado.

Milhares de Ações (quantidade)	
Ações ordinárias	9.534.888
Ações preferenciais com direito a voto	4.669.514
Ações preferenciais sem direito a voto	13.032.839
<b>Total</b>	<b>27.237.241</b>

**c. Reserva de lucros**  
 Conforme disposto na Lei nº 6.404/76 e no estatuto, quando aplicável, é constituída Reserva legal de 5% sobre o lucro líquido. No semestre findo em 30 de junho de 2013 seu saldo é de R\$ 16.625 (R\$15.206 em 2012).  
 Ainda conforme normas citadas acima é constituída Reserva estatutária, para futuro aumento de capital, do lucro líquido deduzida da Reserva legal e do montante destinado ao pagamento ou crédito de dividendos e de juros sobre capital próprio. A constituição de reserva para futuro aumento de capital teve a seguinte movimentação:

	2013	2012
<b>Saldo inicial em 1º de janeiro</b>	<b>52.556</b>	<b>82.915</b>
(+) Aporte FUNDURBANO	-	1.765
(+) Destinação do Resultado Anual	-	30.897
(+) Realização Reserva de Reavaliação	48	53
(-) Realização p/ cobertura provisão JCP exercício atual	(1.409)	-
<b>Saldo final em 30 de junho</b>	<b>51.195</b>	<b>115.630</b>

**d. Dividendos e juros sobre capital próprio**  
 O Estatuto Social da Agência confere o direito aos acionistas ao dividendo anual mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado de acordo com as regras nele definidas. A legislação pertinente e Listado Social facultam que os juros sobre o capital próprio sejam imputados aos dividendos, por deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas. A Desenbahia calculou os juros sobre o capital próprio com base nas normas definidas pela legislação fiscal vigente, obedecendo ao seu limite, conforme demonstrado a seguir:

	2013	2012
Capital social	279.937	279.937
Aumento de capital	87.617	-
Reservas de reavaliação	5.747	5.852
Reservas de lucros	68.681	95.904
<b>Total</b>	<b>441.982</b>	<b>381.693</b>
(-) Reserva de reavaliação	(5.747)	(5.852)
Base de Cálculo do JCP	438.235	375.841
Taxa de Juros a Longo Prazo - TJP	5,000%	6,000%
<b>Limite do JCP - proporcional ao semestre</b>	<b>10.906</b>	<b>11.275</b>

A Desenbahia contabilizou durante o semestre findo em 30 de junho de 2013, o valor de R\$10.904 (R\$11.220 em 2012) a título de JCP.  
 Por remunerar seus acionistas mediante juros sobre capital próprio, a Desenbahia obteve um benefício fiscal no montante de R\$3.007 (R\$2.623 em 2012).  
**14. RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA**  
 No semestre em referência, a Desenbahia teve o seguinte resultado de intermediação financeira:

	2013	2012
<b>Recargas da intermediação financeira</b>	<b>21.095</b>	<b>18.853</b>
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	2.488	3.974
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	311	652
Rendas com TVM e instrumentos financeiros derivativos (1)	12.307	18.396
Despesas de provisões operacionais - desvalorização títulos	(19)	(40)
<b>Total</b>	<b>36.162</b>	<b>41.835</b>

**Despesas da intermediação financeira**  
 Empréstimos e repasses - BENSUR Nacional  
 Empréstimos e repasses - BENSUR (5,876) (6,239)  
 Empréstimos e repasses - FINAME (1,226) (1,169)  
 Empréstimos e repasses - Outras Instituições oficiais (3,902) (4,246)  
 Provisão para créditos de liquidação duvidosa (2,971) (465)  
 Reversão provisão para créditos de liquidação duvidosa 928 701  
**Total** **(13,047)** **(11,419)**

**Resultado bruto da intermediação financeira**  
 (1) Ao longo de 2013 as receitas com TVM tiveram uma queda substancial em função da redução da taxa básica de juros.  
**15. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS**  
 Além das receitas destacadas na nota anterior, a Desenbahia teve as seguintes receitas operacionais:

	2013	2012
<b>Receitas de prestação de serviços</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Taxa de análise	1,413	922
Avaliação de bens imóveis oferecidos em garantia	2	-
<b>Total</b>	<b>1.415</b>	<b>923</b>

**Outras receitas operacionais**  
 Recuperação de encargos e despesas 1,475 674  
 Reversão de provisões operacionais - IR (1) 20 28.081  
 Reversão de provisões operacionais - outras (1) 1,608 10.565  
 Outros rendas operacionais (2) 16,484 13,967  
**Total** **18.587** **53.287**  
 (1) Em 2012 ocorreu a reversão da provisão fiscal efetuada em função do auto de infração da Receita Federal do Brasil com alegação da utilização indevida de perdas para a apuração do IRPJ e CSLL. O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), em reunião realizada em março de 2012, declarou nulo o referido auto.  
 (2) A rubrica Outras rendas operacionais tem a seguinte composição:

	2013	2012
Taxa de administração de fundos (1)	14.052	10.883
Taxa de supervisão dos financiamentos BNB/FNE (2)	883	879
Outros	63	16
Rendas de equalização (3)	486	1.329
Atualização monetária depósitos judiciais	136	154
Bônus recebidos	861	703
Taxa de administração PPP	3	3
<b>Total</b>	<b>16.484</b>	<b>13.967</b>

(1) Ao longo do semestre a Desenbahia auferiu receitas a título de taxa de administração de fundos estaduais (vide nota explicativa nº 19).  
 (2) Del-credere recebido do BNB devido a riscos e custos administrativos assumidos pela Desenbahia como repassador dos recursos do FNE, calculados em 1,5% sobre os saldos mantidos nas operações de repasse. As operações de crédito, oriundas desses recursos, que a Desenbahia contrata com seus mutuários, possuem as mesmas alíquotas de encargos financeiros que as operações de captação desses recursos.  
 (3) Equalização de custos financeiros regulamentada no Decreto nº 7.798 de 5 de maio de 2000, e alterações posteriores, pela Resolução do Conselho Deliberativo do Fundese nº 139/2007 e, estão relacionadas ao crédito concedido no Programa de Microcrédito - PMC do BNDES. O objetivo da equalização é a absorção da diferença dos custos financeiros entre os financiamentos.

**16. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS**

Para o devido funcionamento de sua estrutura, a Desenbahia incorreu nas seguintes despesas de pessoal, administrativas, tributárias e outras:

	2013	2012
<b>Despesas de pessoal</b>	<b>(931)</b>	<b>(674)</b>
Honorários	(2.347)	(2.231)
Benefícios	(4.884)	(4.723)
Encargos sociais	(11.596)	(10.852)
Proventos	(339)	(164)
Estagiários	(241)	(226)
<b>Total</b>	<b>(20.338)</b>	<b>(18.870)</b>
<b>Outras despesas administrativas</b>	<b>(556)</b>	<b>(616)</b>
Água, energia e gás	(104)	(9)
Aluguéis	(126)	(138)
Comunicações	-	(25)
Contribuições filantrópicas	(443)	(341)
Manutenção e conservação de bens	(60)	(54)
Material	(81)	(87)
Processamento de dados	(152)	(286)
Promoções e relações públicas	(199)	(340)
Propaganda e publicidade	(182)	(156)
Publicações	(47)	(51)
Seguros	(217)	(286)
Serviços sistema financeiro	(784)	(831)
Serviços de terceiros	(219)	(207)
Serviços de segurança e vigilância	(529)	(926)
Serviços técnicos especializados	(97)	(113)
Transporte	(154)	(165)
Viagem no país	-	(63)
Multas aplicadas BACEN	(566)	(382)
Outras despesas administrativas	(85)	(72)
Despesas de amortização	(353)	(405)
<b>Total</b>	<b>(4.954)</b>	<b>(5.547)</b>
<b>Despesas tributárias</b>	<b>(71)</b>	<b>(46)</b>
ISS	(1.700)	(1.683)
COFINS	(276)	(273)
PIS	(179)	(171)
Outras despesas tributárias	-	-
<b>Total</b>	<b>(2.226)</b>	<b>(2.173)</b>
<b>Despesas operacionais</b>	<b>(3,271)</b>	<b>(2,786)</b>
Despesa descontos concedidos em renegociações	(426)	(1,167)
<b>Total</b>	<b>(3,697)</b>	<b>(3,953)</b>

**17. RESULTADO NÃO OPERACIONAL**

	2013	2012
Recargas não operacionais	419	268
Despesas não operacionais	(55)	(11)
<b>Total</b>	<b>364</b>	<b>257</b>

**18. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO**  
 Conforme previsto no Decreto nº3.000, de 26 de março de 1999, na Lei nº 97.689, de 15 de dezembro de 1988 , e suas alterações, a Desenbahia está obrigada a ter como forma de tributação do IRPJ e da CSLL, respectivamente, o Lucro Real. Sua aplicação é anual e acontece em 31 de dezembro de cada ano. Em 30 de junho de 2013 e 2012 a posição era a seguinte:

	Apuração no semestre	
	2013	2012
I - Lucro/Prejuízo Contábil	1.361	43.120
II - Ações	1.518	5.623
III - Adições	(5.077)	(11.385)
<b>IV - Lucro/Prejuízo Real (I + II - III)</b>	<b>3.802</b>	<b>37.358</b>
V - Compensação prejuízo fiscal	(1.141)	(11.207)
<b>VI - Lucro/Prejuízo Fiscal (IV - V)</b>	<b>2.661</b>	<b>26.151</b>
VII - IRPJ (15%)	399	3.923
VIII - Adicional Federal IRPJ ((nº meses * R\$20 mil) * 10%)	(25)	2.603
IX - Incentivos Fiscais p/ IRPJ - PAT	(154)	(157)
X - Incentivos Fiscais p/ IRPJ - Prorrogação licença maternidade	-	(3)
XI - IRPJ (VII + VIII + IX + X)	<b>638</b>	<b>6.366</b>
XII - CSLL (15%)   9% em 2012	<b>399</b>	<b>2.759</b>
<b>Total impostos sobre Lucro (XI + XII)</b>	<b>1.037</b>	<b>8.131</b>

Além do saldo demonstrado acima, a Desenbahia possui os seguintes montantes de créditos tributários:

	Saldo inicial 1/1/2013	Constituição	Realização	Saldo final 30/06/2013
Provisão para devedores duvidosos	90.959	2.970	(928)	93.001
Provisão para desvalorização de TVM	149	-	(39)	110
Provisão para desvalorização de cotas de fundos	629	19	(7)	641
Provisão para contingências fiscais	109	3	-	112
Provisão para contingências trabalhistas	2.176	144	(313)	2.007
Provisão para contingências cíveis	159	6	-	165
Provisão para desvalorização de bens	73	-	-	73
Provisão para perdas em incentivos fiscais	497	-	-	497
Provisão para perdas em participações societárias	2.251	-	-	2.251
Recuperação crédito baixado para prejuízo   tributação pelo efeito caixa	(43.268)	-	2.314	(40.954)
Reserva de reavaliação	7.726	-	(48)	7.678
Rendas de operações de crédito a apropriar	70.632	456	(1)	71.087
<b>Total diferenças temporárias</b>	<b>132.092</b>	<b>3.598</b>	<b>978</b>	<b>136.668</b>
Prejuízo fiscal	238.443	-	(1,141)	237.302
Base negativa da CSLL	237.567	-	(1,141)	236.426
<b>Total créditos Tributários</b>	<b>606.872</b>	<b>3.598</b>	<b>(1.304)</b>	<b>610.396</b>

**2012**

	Saldo inicial 1/1/2012	Constituição	Realização	Saldo final 30/06/2012
Provisão para devedores duvidosos	97.164	549	(1,063)	96.650
Provisão para desvalorização de TVM	540	-	(2)	538
Provisão para desvalorização de cotas de fundos	169	41	(32)	208
Provisão para contingências fiscais	10.482	476	(596)	2.261
Provisão para contingências trabalhistas	2.819	593	(383)	3.032
Provisão para contingências cíveis	786	9	(10)	785
Provisão para desvalorização de bens	51	-	-	51
Provisão para perdas em incentivos fiscais	497	-	-	497
Provisão para perdas em participações societárias	2.251	-	-	2.251
Recuperação crédito baixado para prejuízo   tributação pelo efeito caixa	(44.059)	-	426	(43.633)
Reserva de reavaliação	7.831	-	(53)	7.778
Rendas de operações de crédito a apropriar	69.780	485	(212)	70.053
<b>Total diferenças temporárias</b>	<b>148.311</b>	<b>2.155</b>	<b>(10,025)</b>	<b>140.441</b>
Prejuízo fiscal	241.265	-	(12,716)	228.549
Base negativa da CSLL	240.411	-	(12,716)	227.695
<b>Total créditos Tributários</b>	<b>629.988</b>	<b>2.155</b>	<b>(35,457)</b>	<b>596.686</b>

Os impostos diferidos sobre esses créditos tributários não foram reconhecidos contabilmente nas demonstrações financeiras da Desenbahia uma vez que ainda não foram estabelecidas projeções de resultados futuros que atendam a todos os requisitos da legislação em vigor (Resolução CMN nº 3.059) e que demonstrem a realização futura destes.  
**19. PARTES RELACIONADAS**  
 Conforme prevê a Resolução CMN nº 3.750/2009, que se reporta ao Pronunciamento Técnico CPC nº 05 - 2010 emitido sobre Partes relacionadas, a Desenbahia possui as seguintes partes relacionadas:

- Governo do Estado da Bahia: Acionista majoritário conforme explanado na nota explicativa nº 13(a);
- Diretoria Colegiada, Conselho de Administração e Conselho Fiscal: Pessoal-chave da administração;
- FUNDESE: A Agência é a gestora do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - Fundese, sendo que seus recursos são aplicados em empréstimos à pessoas jurídicas e físicas, segundo critérios estabelecidos na Lei Estadual nº 6.445, de 7 de dezembro de 1992, não cabendo ônus algum no caso de eventual inadimplência. Os recursos desse fundo em 30 de junho de 2013 montam R\$1.290.063 (R\$955.245 em 2012), e estão devidamente registrados em conta específica de compensação. O Fundo também efetua pagamentos à Desenbahia de taxas de equalização conforme descrito na nota explicativa nº 15;
- FUNDURBANO: A Agência é a gestora do Fundo de Desenvolvimento Urbano - Fundurbano, que se encontra em liquidação. A Lei nº 8.829, de 9 de outubro de 2003, que autoriza o Poder Executivo a promover a liquidação e extinção do Fundo de Desenvolvimento Urbano - Fundurbano, determina o seu art. 1º que os recursos provenientes do retorno das aplicações do Fundo, sob a forma de amortização do principal, atualização monetária, juros, multas, comissões e resgates de aplicações no mercado financeiro serão destinados à realização de aporte de capital na Desenbahia. Os recursos desse fundo em 30 de junho de 2013 montam R\$12.735 (R\$14.453 em 2012), e estão devidamente registrados em conta específica de compensação. No exercício foi aportado na Desenbahia para futuro aumento de capital o montante de R\$1.800 (R\$1.765 em 2012). Os saldos em 30 de junho de 2013 e de 2012, bem como as transações que a Desenbahia manteve com essas partes relacionadas no exercício estão a seguir demonstradas:

	Saldos a Receber	Saldos a Pagar	Receitas incorridas no semestre	Despesas incorridas no semestre
Taxa de administração - Fundese.	2.432	-	13.958	-
Taxa de equalização - Fundese.	128	-	486	-
Taxa de administração - Fundurbano.	4	-	64	-
Ressarcimento despesas - Secretaria de Turismo	181	-	378	-
Operações remidas do PAC CACAU - Fundese	-	-	-	-
JCP - Estado da Bahia e acionistas minoritários	-	25.022	-	(10,904)
Remuneração diretoria colegiada.	-	145	-	(164)
Remuneração conselho de administração	-	-	-	(80)
Remuneração conselho fiscal.	-	-	-	(73)
<b>Total</b>	<b>2.745</b>	<b>25.167</b>	<b>14.916</b>	<b>(12,081)</b>

	Saldos a Receber	Saldos a Pagar	Receitas incorridas no semestre	Despesas incorridas no semestre
Taxa de administração - Fundese.	1.876	-	10.662	-
Taxa de equalização - Fundese.	232	-	1.329	-
Taxa de administração - Fundurbano.	5	-	73	-
Ressarcimento despesas - Secretaria de Turismo	474	-	370	-
Operações remidas do PAC CACAU - Fundese	58	-	-	-
JCP - Estado da Bahia e acionistas minoritários	-	26.884	-	11,220
Remuneração diretoria colegiada.	-	48	-	99
Remuneração conselho de administração	-	-	-	54
Remuneração conselho fiscal.	-	-	-	45
<b>Total</b>	<b>2.645</b>	<b>26.932</b>	<b>12.434</b>	<b>11,958</b>

Os administradores da Desenbahia percebem dos seguintes benefícios:

a. Aos diretores estatutários:  
 i. Remuneração fixa mensal a título de honorários, incluindo verba de representação - R\$727;  
 ii. Remuneração variável, baseado no lucro líquido do exercício, e com pagamento diferido e recalculado conforme resultados dos anos subsequentes;  
 iii. FGTS - R\$24;  
 iv. Auxílio refeitório - R\$8;  
 v. Aux



**CONTADORA****GRÁCIA MOEMA MOURA DE OLIVEIRA**  
CRC-Ba 017466/0-8**GERENTE FINANCEIRO****GELSON ROCHA SAMPAIO****DIRETORIA****ARISTÓTELES ALVES DE MENEZES JUNIOR** | PRESIDENTE**José Ricardo Santos** | Diretor de Administração e Finanças**Marcelo Sampaio Oliveira** | Diretor de Operações**Vítor César Ribeiro Lopes** | Diretor de Desenvolvimento de Negócios**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Ao Conselho de Administração e aos acionistas da  
Desenbahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A.  
Salvador – BA

Examinamos as demonstrações financeiras da Desenbahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. (“Agência”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Agência é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elabo-

ração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Agência para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Agência. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Desenbahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. em 30 de junho de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Salvador, 9 de agosto de 2013

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6Cristiano Seabra Di Girolamo  
Contador CRC BA-017826/O-4**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da DESENBABIA – Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A, em reunião para, no uso de suas atribuições, apreciarem o Balanço Patrimonial e as Demonstrações de Resultado e dos Fluxos de Caixa, juntamente com as Mutações do Patrimônio Líquido da Agência, no 1º semestre de 2013, após a exposição da Contadora Grácia Moema Moura de Oliveira, verificaram a exatidão de todos os documentos apresentados, à luz do Relatório da KPMG – Auditores Independentes, recomendando a sua aprovação.

Salvador, 13 de agosto de 2013

**OLINTHO JOSÉ OLIVEIRA** | PRESIDENTE**Paulo Henrique de Almeida** | Conselheiro  
**Elicim Rodrigues Fidelis** | Conselheiro  
**Lielson Antonio de Almeida Coelho** | Conselheiro**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO****LUIZ ALBERTO BASTOS PETITINGA** | PRESIDENTE

Paulo Ferraz Guimarães

Nilton Vasconcelos Júnior

Antonio Albino Canelas Rubim

José Sérgio Gabrielli de Azevedo

Paulo Francisco de Carvalho Câmara